

FORMAÇÃO DO VOTO E COMPORTAMENTO ELEITORAL DOS MOÇAMBICANOS EM 2004

Inquérito realizado a nível nacional, entre os dias 20 de Junho e 3 de Julho de 2005, pelo EISA em colaboração com a Unidade de Opinião Pública do Centro de Estudos da População (CEP) da Universidade Eduardo Mondlane (UEM)



**Projecto Financiado pela Cooperação Austríaca para o Desenvolvimento
através do Instituto Austríaco para a Cooperação Norte-Sul**

Foto na capa tirada de http://news.bbc.co.uk/2/hi/in_pictures/4058851.stm

As opiniões expressas neste trabalho são da responsabilidade dos seus autores.

Maputo, Setembro de 2005

FORMAÇÃO DO VOTO E COMPORTAMENTO ELEITORAL DOS MOÇAMBICANOS EM 2004

Luís de Brito
João Cândido G. Pereira
Domingos do Rosário
Sandra F. Manuel

Introdução

Moçambique, país independente desde 1975, tem uma história política recente marcada por conflitos armados que duraram cerca de três décadas. Em primeiro lugar a luta armada pela independência, a partir de 1964 e, desde os finais dos anos '70, uma guerra civil que opôs o governo da Frelimo à guerrilha da Renamo até 1992. Entretanto, em 1990, o país adoptou uma nova constituição que, para além de introduzir o multipartidarismo, consagrou as liberdades democráticas fundamentais.

A abertura política consagrada na Constituição de 1990 permitiu, depois da assinatura do Acordo Geral de Paz em Roma (1992), a realização do primeiro processo de eleições gerais multipartidárias em 1994. Passados mais dois processos de eleições gerais (1999 e 2004) e dois de eleições autárquicas (1998 e 2003) é difícil sustentar que o processo de democratização e inclusão política tenha tido um sucesso total. Praticamente todas as eleições foram caracterizadas por acusações de fraude e pelo não reconhecimento dos resultados por parte da Renamo e seguidas de alguns momentos de grande tensão política e por vezes de violência localizada.¹

¹ As eleições municipais de 2003 foram as que suscitaram menos controvérsia. De facto foram as únicas em que os resultados não foram contestados, tendo para isso contribuído muito provavelmente o facto da Renamo ter então ganho a presidência em cinco municípios e a maioria absoluta em quatro assembleias municipais.

Em 1994, a Frelimo ganhou as primeiras eleições gerais multipartidárias com 44,3% dos votos (com mais de 80,0% dos votos em todos os círculos eleitorais do Sul do país, nomeadamente Maputo-Cidade, Maputo-província, Gaza e Inhambane, e igualmente nas províncias do extremo Norte do país, Cabo Delgado com 58,3% e Niassa com 47,5% dos votos), tendo a Renamo obtido 37,8% do voto nacional. Em relação à eleição presidencial, o candidato da Frelimo, Joaquim Chissano, obteve 53,3% dos votos e o candidato da Renamo, Afonso Dhlakama, obteve 33,8%. Estes resultados mostraram uma profunda polarização política em torno de dois principais partidos: a Frelimo e a Renamo. É de salientar que estas eleições foram marcadas por uma abstenção muito baixa: cerca de 13%.

As eleições gerais subsequentes caracterizaram-se pelo crescimento da abstenção. Em 1999, a abstenção foi de cerca de 30% e nas eleições de 2004 subiu ainda mais, para cerca de 64%.² Esta redução drástica nos níveis de participação dos cidadãos no voto coloca com grande acuidade a questão da legitimidade das instituições políticas saídas de tais processos eleitorais.³

Foi neste contexto de redução da participação eleitoral dos cidadãos que, pela primeira vez em Moçambique, se procedeu a um inquérito pós-eleitoral, baseado na aplicação do questionário do *Comparative National Elections Project* (CNEP). O CNEP é um projecto de pesquisa comparada sobre eleições nacionais estabelecido nos finais dos anos '80. Agora na sua terceira fase, o projecto passou a abranger pela primeira vez alguns países africanos, incluindo Moçambique. O foco do projecto são as instituições e processos de intermediação entre os cidadãos e o mundo político, procurando compreender como é que estes formam as suas opiniões políticas e as traduzem no voto. Neste sentido, é dada uma atenção especial ao papel das redes interpessoais, das organizações e dos *media* na formação da opinião política e do voto. O principal instrumento do projecto é um questionário comum a todos os países abrangidos pelo estudo, ao qual se pode acrescentar um pequeno número de perguntas específicas para um determinado país ou grupo de países.

O questionário aplicado em Moçambique nos finais de Junho de 2005 cobriu as seguintes áreas principais:

1. a percepção dos cidadãos sobre a situação sócio-económica de Moçambique;

² Deve-se notar no entanto que este número oficial corresponde necessariamente a uma sobreavaliação da abstenção, pois nas listas eleitorais não só existem numerosas inscrições múltiplas, mas também continuam a figurar muitos eleitores falecidos desde o último registo eleitoral, feito em 1999. Pode-se estimar que um número mais realista da abstenção se situe à volta dos 50%.

³ Cabe aqui salientar que os níveis de abstenção média registados nas eleições municipais foram ainda mais elevados que nas eleições presidenciais e legislativas, tendo atingido cerca de 85% em 1998 e de 76% em 2003.

2. a informação pública sobre o processo eleitoral e a campanha eleitoral;
3. a inserção dos cidadãos na comunidade, o conhecimento político, a avaliação da democracia e a participação eleitoral.

A realização de inquéritos por questionário, hoje banalizados nos países ocidentais, é sempre um desafio complexo, qualquer que seja a sociedade em que se aplicam. As dificuldades metodológicas e técnicas deste tipo de inquérito, nomeadamente referentes à formulação das perguntas, ao desenho amostral, à formação dos inquiridores e às condições de aplicação do questionário, são hoje razoavelmente conhecidas e podem ser em grande medida controladas, nomeadamente incorporando na análise dos resultados uma dimensão de desconstrução do próprio questionário e dos pressupostos científicos e culturais que lhe são subjacentes. Isto é especialmente relevante quando o exercício se faz em países como Moçambique, que têm uma tradição histórico-cultural e uma organização social bastante diferente do modelo ocidental que subjaz à construção da maior parte dos questionários utilizados internacionalmente. É por isso que se tenta neste trabalho explicar os números, tanto ou mais que explicar pelos números.

Este relatório é simplesmente um primeiro tratamento de uma parte da informação recolhida, feito através de uma análise elementar das respostas a algumas perguntas.⁴ Assim, depois de uma breve descrição da amostra, a primeira secção apresenta alguns dos resultados obtidos em relação à percepção dos cidadãos sobre a situação sócio-económica do país, sobre a sua situação familiar, as suas preocupações e o desempenho do governo, a segunda secção aborda a questão do acesso à informação, do papel dos *media*, do conhecimento e interesse pela política, a terceira secção trata o papel das instituições e redes sociais na formação da opinião política, a quarta secção é dedicada à avaliação e apoio ao sistema democrático e a quinta secção analisa o apoio partidário, o voto e a avaliação do processo eleitoral.

⁴ A partir da base de dados constituída, que se integra na base de dados internacional do CNEP, uma série de estudos de carácter mais académico serão posteriormente conduzidos.

A amostra

Os dados apresentados e analisados neste relatório foram obtidos através da aplicação do questionário CNEP a uma amostra representativa nacional composta por 1214 cidadãos maiores de 18 anos. A amostra foi definida de acordo com a metodologia usada pelo Instituto Nacional de Estatística, a partir de uma amostra-mãe, tendo sido identificadas 150 áreas de enumeração (AEs). Em cada uma dessas AEs foram seleccionados de forma aleatória oito agregados familiares e em cada um deles um dos seus membros com 18 anos ou mais. A distribuição da amostra é a que se apresenta na tabela a seguir.

Tabela 1 - Distribuição da amostra

| PROVÍNCIA | ELEITORES 2004 (%) | INQUIRIDOS (N°) | INQUIRIDOS (%) |
|------------------|-----------------------|--------------------|-------------------|
| Niassa | 5 | 64 | 5 |
| Cabo Delgado | 9 | 96 | 8 |
| Nampula | 20 | 231 | 19 |
| Zambézia | 19 | 240 | 20 |
| Tete | 7 | 88 | 7 |
| Manica | 6 | 80 | 7 |
| Sofala | 9 | 104 | 9 |
| Inhambane | 6 | 88 | 7 |
| Gaza | 7 | 80 | 7 |
| Maputo Província | 5 | 64 | 5 |
| Maputo Cidade | 7 | 79 | 7 |
| TOTAL | 100 | 1214 | 100 |

Como se pode ver na tabela, a amostra respeita bem a distribuição dos eleitores. A distribuição percentual dos inquiridos por província apresenta apenas nalguns casos uma diferença de 1% em relação à população eleitoral registada.

Na amostra, que inclui 51% de mulheres e 49% de homens, 42% dos inquiridos são residentes em áreas classificadas como urbanas e 58% em áreas rurais. Em termos de classes de idade, os inquiridos distribuem-se da seguinte maneira: 22% têm entre 18 e 24 anos, 64% entre 25 a 49 anos e 14% têm 50 anos ou mais.

Problemas do país, situação familiar e desempenho do governo

Em qualquer sociedade os cidadãos têm problemas específicos que gostariam de ver prioritariamente resolvidos pelos detentores do poder. Usando uma série de perguntas que têm sido aplicadas em diferentes inquéritos e sondagens de opinião pública, nomeadamente nos antigos países do Leste, foi pedido aos inquiridos que apresentassem os três problemas mais importantes com que, na sua opinião, Moçambique se deparava por altura do período eleitoral.

Como se pode ver na tabela seguinte, que mostra a hierarquia dos resultados obtidos sobre esta questão depois de ponderadas as três respostas, as principais preocupações dos Moçambicanos são essencialmente de ordem económica e não há diferença de opinião entre mulheres e homens. O desemprego, a pobreza e a fome ocupam os lugares cimeiros, sendo seguidos do problema de acesso à água e só depois do acesso aos centros de saúde.

Tabela 2 - Hierarquia dos principais problemas do país

| PROBLEMAS | TOTAL | HOMENS | MULHERES |
|----------------------|-------|--------|----------|
| Desemprego | 1 | 1 | 1 |
| Pobreza | 2 | 2 | 2 |
| Fome | 3 | 3 | 3 |
| Acesso a água | 4 | 4 | 4 |
| Acesso aos hospitais | 5 | 5 | 5 |

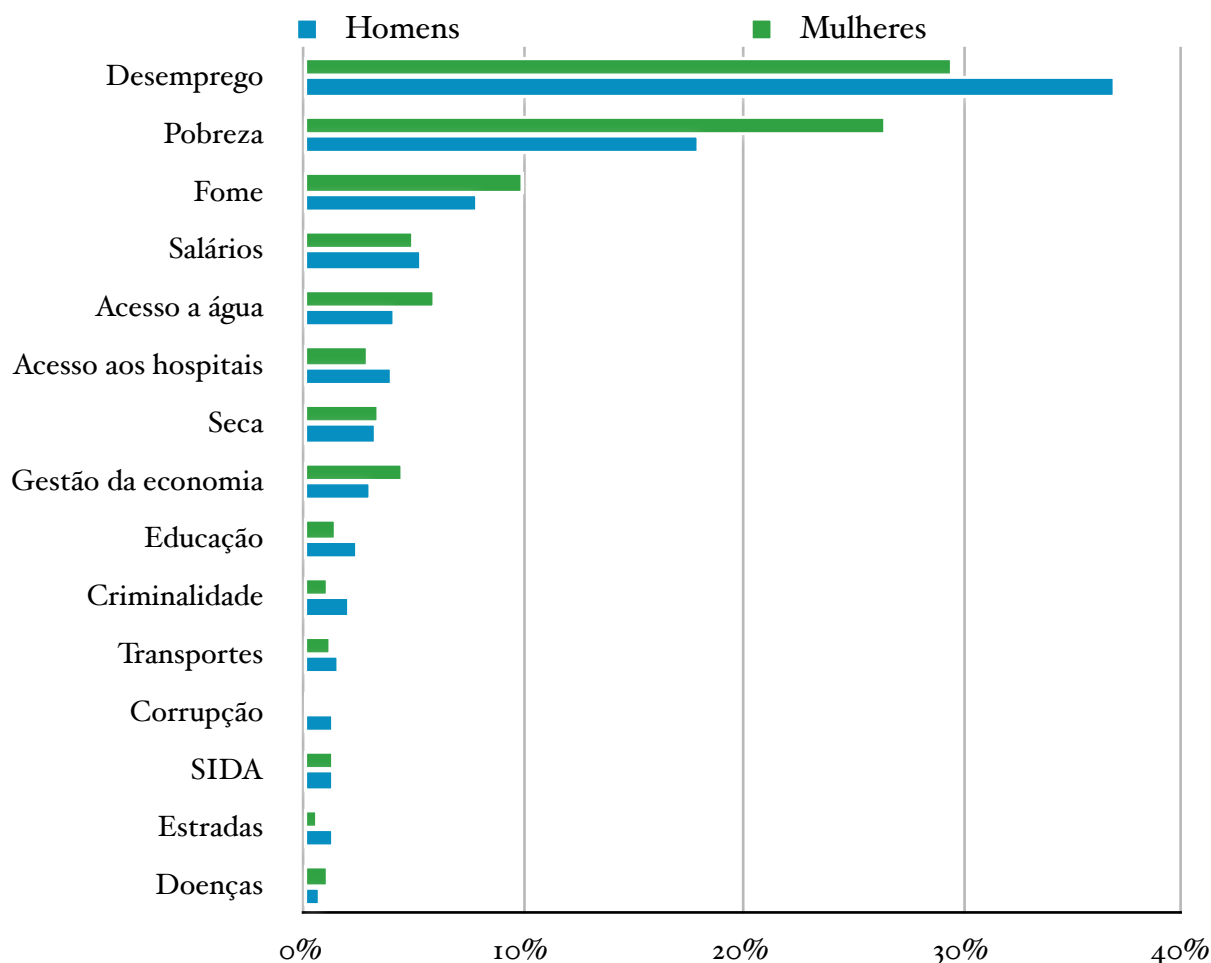
Porém, se considerarmos apenas o primeiro problema enunciado (gráfico 1), verificamos que há apreciações ligeiramente diferentes entre homens e mulheres na hierarquização dos problemas.

Embora exista uma opinião comum em relação aos três problemas mais importantes, verificam-se algumas diferenças na intensidade com que são apontados. Enquanto o desemprego aparece como uma preocupação maior para os homens, a pobreza em geral é mais referida pelas mulheres. Em relação aos restantes problemas apontados, pode-se observar não só que a sua importância relativa é muito menor, mas também que as diferenças entre mulheres e homens não são significativas. Um aspecto a destacar é que a criminalidade e a corrupção, mas também o SIDA, não aparecem como problemas de grande relevo para a maioria dos inquiridos.⁵

⁵ Apenas 20 inquiridos referiram em primeiro lugar a criminalidade como problema, 17 o SIDA e só 10 a corrupção.

Dentre o grupo de problemas que apresentam valores intermédios, o facto de aparecer com um certo destaque a questão da gestão da economia é indicador da existência de um nível alto de insatisfação dos cidadãos em relação ao desempenho do Estado e do governo na solução dos principais problemas que os afectam.

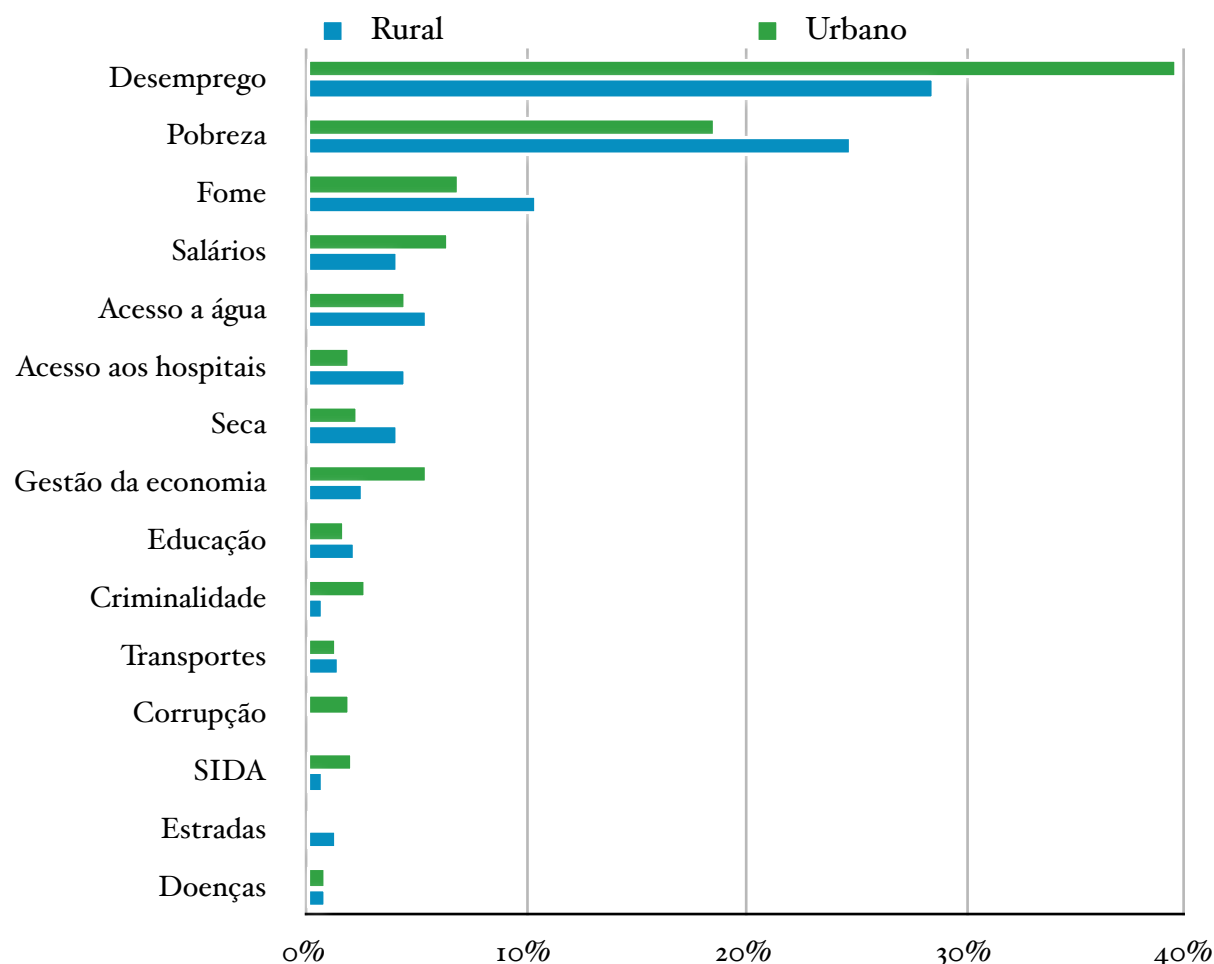
Gráfico 1 - Hierarquia dos principais problemas do país por sexo



Como seria de esperar, a hierarquização dos problemas pelos inquiridos varia também se considerarmos separadamente os inquiridos das áreas rurais e das áreas urbanas (gráfico 2). Apesar de não se observarem grandes diferenças na hierarquia geral dos problemas entre o mundo urbano e o rural, observam-se no entanto claras diferenças de peso em relação a determinados problemas, mais pronunciadas neste caso que as constatadas entre homens e mulheres. Assim, como se pode ver no gráfico seguinte, o desemprego e os salários aparecem com maior peso para os urbanos e a pobreza e a fome com maior relevo para os rurais. Além disso, para os inquiridos das áreas rurais, os problemas do acesso aos hospitais, da seca e das estradas têm comparativamente mais importância que para os urbanos. Finalmente, os problemas relativos à gestão económica, à criminalidade, à cor-

rupção e ao SIDA aparecem como preocupações quase exclusivamente nos grupos urbanos.

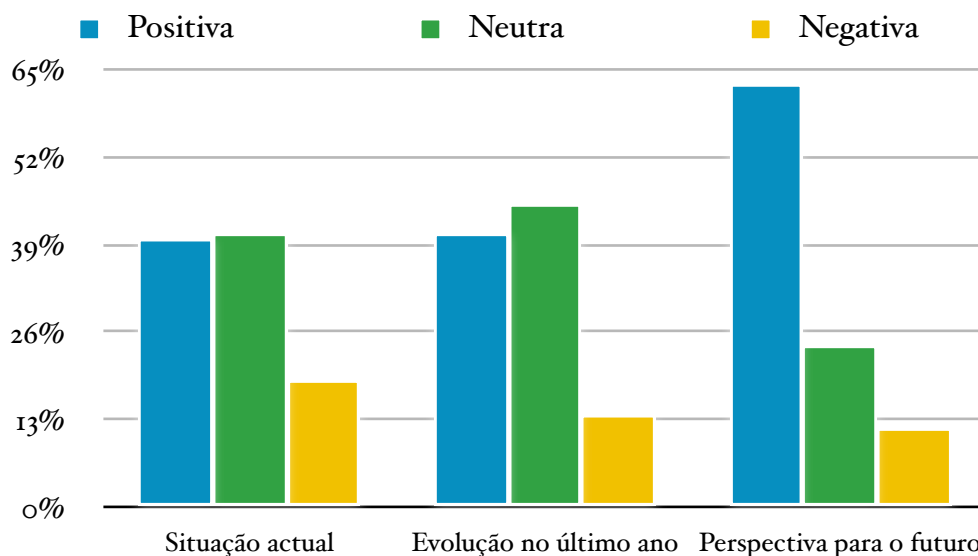
Gráfico 2 - Hierarquia dos principais problemas do país por área



Os problemas do país apontados pelos cidadãos são fundamentalmente de ordem económica e esperar-se-ia que isso se reflectisse na forma como avaliam a sua situação económica familiar. No entanto, os dados obtidos em relação à situação económica familiar dão uma imagem que, não sendo óptima, está longe de ser desastrosa. Existe, pois, um claro contraste entre a visão dos principais problemas que afectam o país e a avaliação da situação pessoal. É assim que, como se vê no gráfico 3, apenas 19% das pessoas inquiridas considera que o seu nível de vida e da sua família é mau (tendo 41% respondido que não era bom nem mau e 40% considerado que era bom), 14% disseram que tinha piorado ao longo do último ano (para 45% teria ficado na mesma e para 41% teria melhorado durante esse período) e só 12% manifestaram a opinião que a sua situação iria piorar no futuro.

Curiosamente, apesar dos problemas apontados - o desemprego, os salários, a pobreza e a fome - não serem de fácil e imediata solução, a maior parte dos inquiridos (63%) vêem com optimismo o seu futuro e o das suas famílias.

Gráfico 3 - Avaliação da situação económica familiar



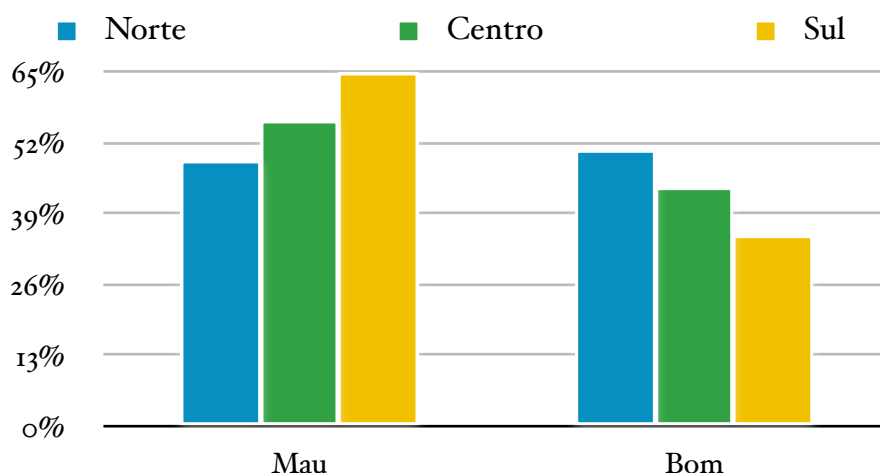
Estes resultados de alguma forma surpreendentes suscitam dúvidas quanto à sinceridade das respostas.⁶ Aliás, uma desagregação regional dos dados reforça a ideia da inverossimilidade de tais resultados. Como se pode compreender que nas regiões do Norte e do Centro haja respectivamente 47% e 46% de inquiridos que declaram que a sua situação económica é boa, 42% e 48% que ela melhorou no último ano e só 7% e 9% dizem que vai piorar no futuro, quando os valores correspondentes na região Sul, que em geral tem melhores condições económicas que o resto do país, são 22% (a situação é boa), 30% (a situação melhorou) e 26% (a situação vai piorar)?

A confirmar a hipótese de um “efeito de dominação” que afecta particularmente os mais fracos e marginais na relação com o poder político, a avaliação do desempenho do governo nos últimos anos em relação aos principais problemas (desemprego e pobreza) revela o mesmo tipo de tendência regional acima observado.⁷ Paradoxalmente, nas regiões do país (Centro e Norte) onde a oposição sempre teve os seus melhores resultados eleitorais (sendo mesmo claramente maioritária nalgumas zonas dessas regiões) aparece uma opinião mais favorável ao desempenho do governo e, ao contrário, na maior zona de hegemonia do partido governamental (Sul), onde este tem obtido resultados eleitorais na ordem dos 80%, aparece uma avaliação particularmente crítica. Os gráficos 4 e 5 ilustram esta situação.

⁶ Esta é uma questão recorrente na maior parte dos inquéritos e sondagens feitos em Moçambique, onde uma parte importante dos inquiridos procura dar respostas “politicamente correctas”, especialmente a perguntas consideradas “comprometedoras”.

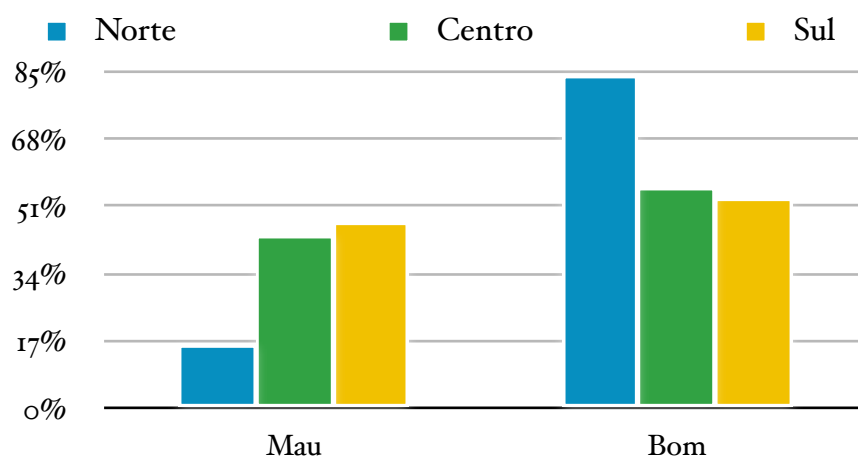
⁷ Em termos simples, o “efeito de dominação” manifesta-se na tendência para evitar a confrontação com o poder instalado e induz respostas consideradas “politicamente correctas” pelos entrevistados. É nas zonas rurais que ele mais se faz sentir.

Gráfico 4 - Desempenho do governo em relação ao desemprego⁸



Como se pode ver, dos inquiridos urbanos da região Sul apenas 35% consideraram que o governo tinha tratado bem do problema do desemprego nos últimos anos, considerando a grande maioria (65%) que o trabalho do governo nesse campo tinha sido mau. Os inquiridos urbanos da região Centro também aparecem como críticos da acção governamental, mas com bastante menos intensidade (56% avaliam o desempenho do governo como mau e 44% como bom). São os inquiridos urbanos da região Norte os menos críticos do governo, tendo 51% respondido que o governo tratou bem do problema do desemprego.

Gráfico 5 - Desempenho do governo em relação à pobreza⁹



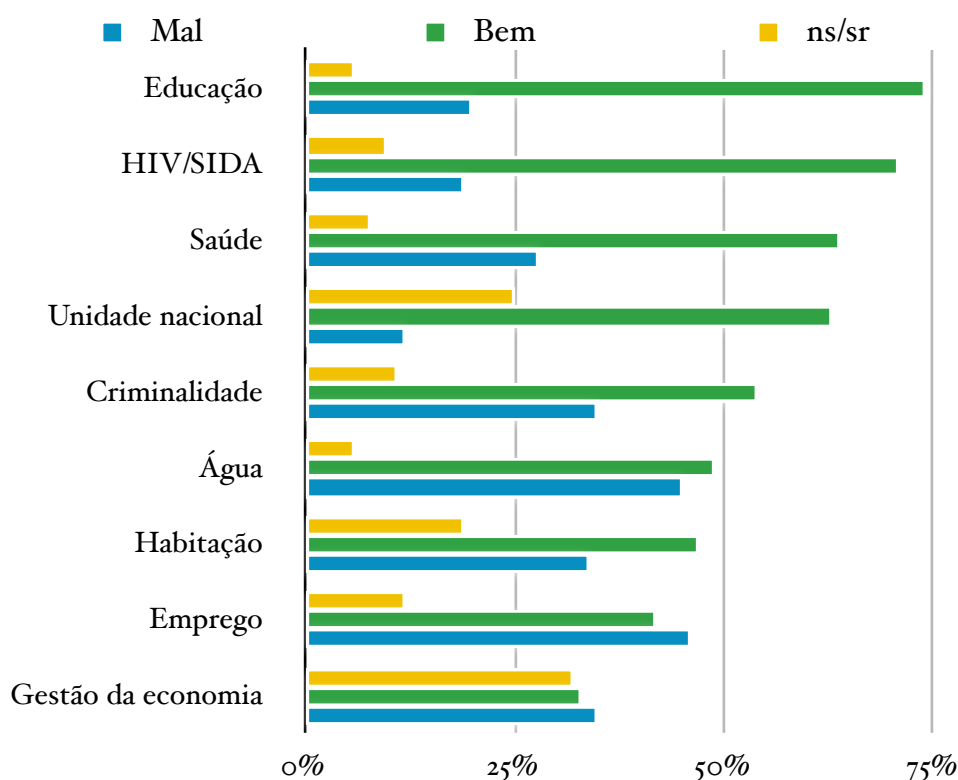
⁸ Os dados apresentados neste gráfico dizem somente respeito ao conjunto dos inquiridos no seio da população urbana.

⁹ Os dados apresentados neste gráfico referem-se apenas aos inquiridos no seio da população rural.

O gráfico 5 mostra a apreciação dos inquiridos rurais das várias regiões do país sobre o combate à pobreza pelo governo. Muito embora aqui o conjunto das apreciações sejam positivas, é de destacar o relativo equilíbrio entre as opiniões favoráveis e desfavoráveis no Sul e Centro, que contrastam fortemente com a opinião muito positiva (84% de opiniões favoráveis!) dos inquiridos do Norte.

A leitura dos resultados da avaliação do desempenho governamental em relação a uma série de domínios postos á consideração dos inquiridos (gráfico 6) confirma que os Moçambicanos estão mais preocupados com as questões que têm implicações mais imediatas no seu nível de vida.

Gráfico 6 - Avaliação do governo por áreas



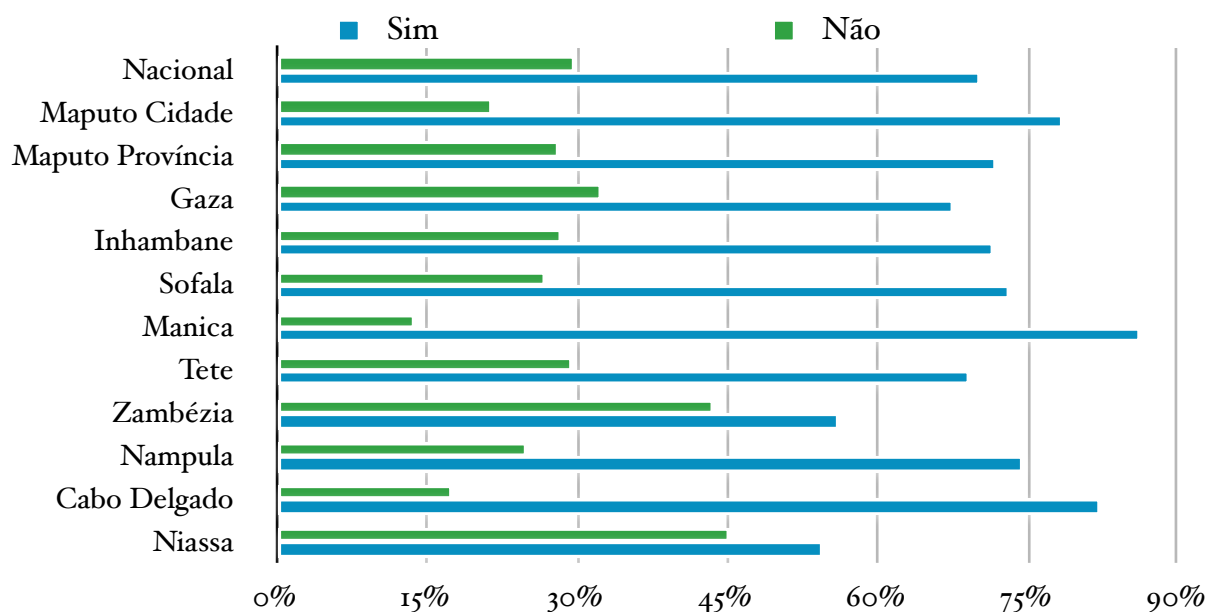
Embora a tendência global seja relativamente positiva na avaliação da acção governativa, pode-se observar que os sectores, ou problemas, que não condicionam imediata e directamente a vida dos cidadãos, como a educação, o combate ao SIDA, a saúde em geral e a união entre os Moçambicanos, apresentam resultados muito positivos e apenas uma pequena percentagem de opiniões negativas. Ao contrário, as questões da criminalidade, da habitação, do acesso à água, do emprego e da gestão económica do país, ou seja, aquelas que afectam mais fortemente as actuais condições de vida dos cidadãos, são as que suscitam mais opiniões negativas, sendo mesmo estas nos dois últimos casos referidos superiores às opiniões positivas.

Acesso à informação e interesse pela política

É conhecido que nas democracias ocidentais os *media* desempenham um papel central na formação da opinião pública, nomeadamente sobre questões de ordem política, e têm um impacto amplamente reconhecido nos períodos de campanha eleitoral. Muito embora seja sabido que o alcance dos *media* em Moçambique é muito reduzido, o inquérito pretendeu avaliar em que medida os cidadãos tiveram acesso à informação política e eleitoral por eles veiculada.

Do conjunto dos *media*, a rádio é o meio de comunicação mais abrangente em Moçambique, calculando-se que seja actualmente escutada por cerca de 70% a 80% dos cidadãos.¹⁰ Os valores nacionais de acesso à informação sobre o processo eleitoral através da rádio correspondem no entanto a uma distribuição relativamente diferenciada por províncias. Assim, como se pode ver no gráfico 7, há um primeiro grupo de províncias, nomeadamente Maputo Província, Gaza, Inhambane, Sofala, Tete e Nampula, que não se afastam muito dos valores médios nacionais, um segundo grupo composto pelas províncias de Niassa e Zambézia que se caracteriza por apresentar valores claramente inferiores de acesso à rádio e, finalmente, um terceiro grupo, Cabo Delgado, Manica e Maputo Cidade, onde o acesso é nitidamente superior à média nacional.

Gráfico 7 - Informação sobre eleições na Rádio Moçambique

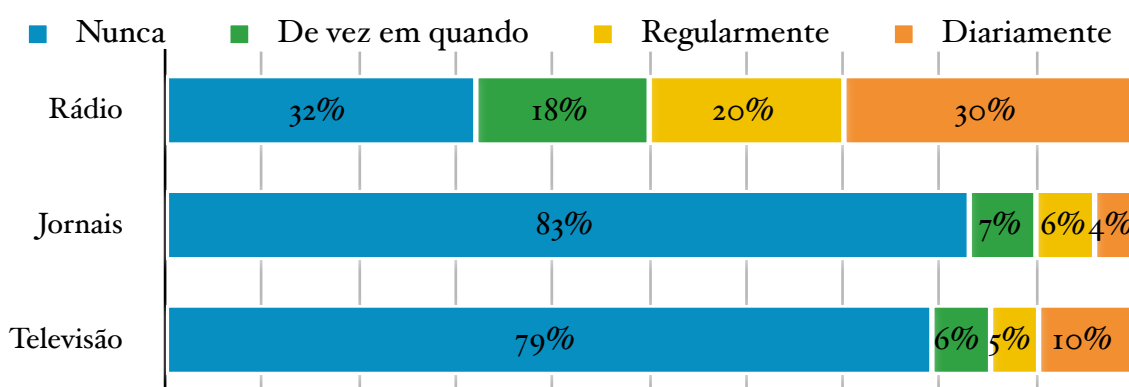


¹⁰ O inquérito deu uma percentagem de escuta na ordem dos 69%, mas as respostas referem-se especificamente à escuta de informações sobre as eleições; o Inquérito sobre Atitudes em Relação à Democracia e Mercados (Afrobarómetro), realizado precisamente no mesmo período por outra equipa do CEP, dá uma percentagem de escuta de 82%.

Em termos de audiência, de acordo com os dados obtidos, a Rádio Moçambique ocupa uma posição hegemónica com 91%. A audiência das outras rádios é praticamente simbólica, cabendo 4% às rádios comunitárias e outros 4% a outras rádios. Esta situação compreende-se em parte pelo facto da Rádio Moçambique dispor de um emissor nacional e de emissores provinciais que cobrem potencialmente todo o território do país, enquanto as restantes rádios dispõem apenas de pequenos emissores locais.

Deve-se notar que a escuta da rádio não é equilibrada entre homens e mulheres. Enquanto apenas 39% dos homens nunca ouvem a rádio, a percentagem de mulheres nessa situação é de 61%; ao contrário, no grupo dos que escutam rádio todos os dias estas percentagens invertem-se, representando os homens 62% dos auditores diários. Por outro lado, a percentagem global de ouvintes regulares (aqueles que escutam a rádio diariamente, ou regularmente) é de apenas 50%. Isto significa em termos práticos que cerca de metade da população não tem acesso efectivo à informação veiculada pela rádio.

Gráfico 8 - Acesso aos *media*



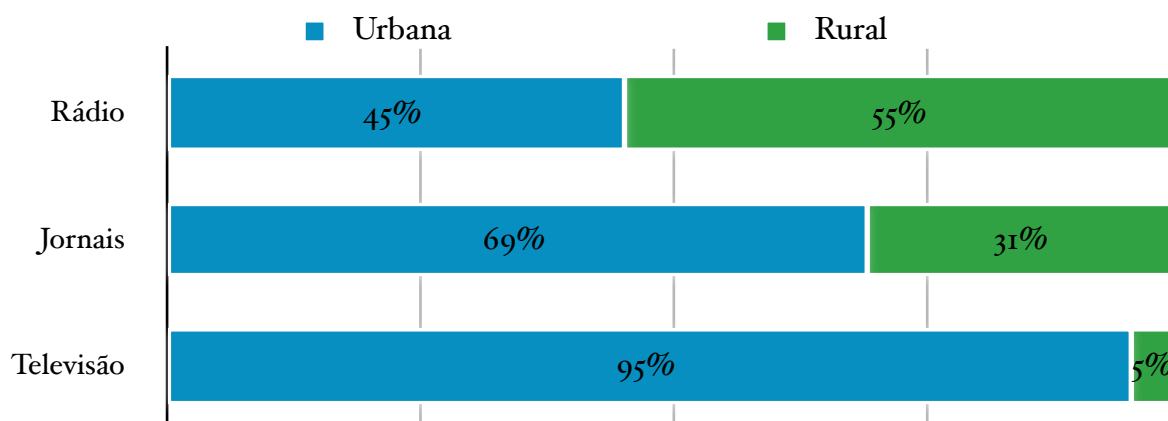
Como se vê no gráfico acima, o acesso à informação através da imprensa escrita e da televisão é distintamente pior que a situação encontrada em relação à rádio. A grande maioria da população (cerca de 80%) nunca tem acesso aos jornais e à televisão.

Enquanto a televisão conta com 10% de audiência diária (21% de audiência total), a leitura diária de jornais ou revistas é reservada a apenas 4% de cidadãos (17% de audiência total). Tal como acontece com a rádio, também nestes dois casos são os órgãos públicos que ocupam o maior espaço. No caso da televisão, 96% da cobertura corresponde à TVM.¹¹ O pequeno espaço ocupado pela imprensa escrita é dominado pelo *Notícias*

¹¹ Note-se que a TVM é a única estação nacional acessível fora de Maputo. De acordo com os dados do inquérito, na área do Grande Maputo, que concentra 34% da audiência total nacional, para além da TVM, que cobre perto de 87%, apenas a STV, com cerca de 13%, tem uma audiência significativa.

(72%), seguido do *Diário de Moçambique* (12%) e do *Savana* (9%), distribuindo-se os restantes 7% pelos outros jornais.

Gráfico 9 - Distribuição da audiência por área



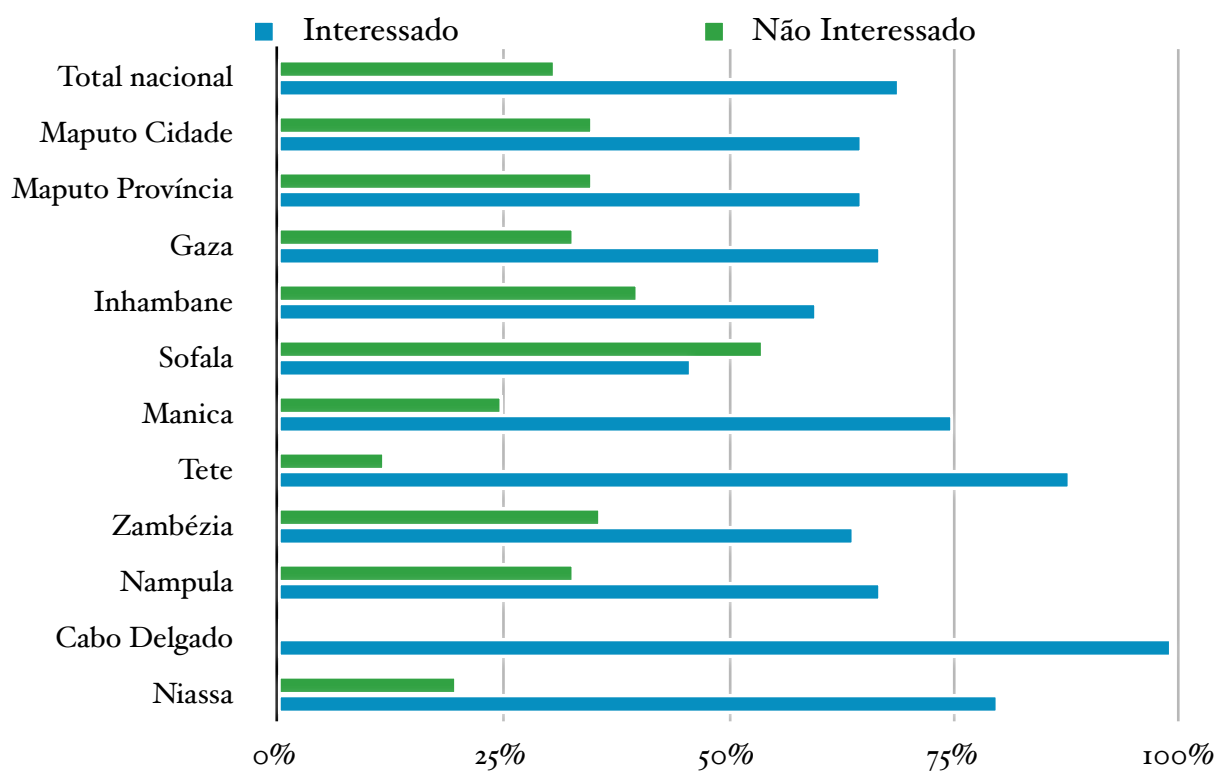
A rádio é o meio de informação que não só tem maior expressão nacional, mas também aquele que melhor consegue atingir a população rural. Tanto os jornais como a televisão são predominantemente consumidos nas áreas urbanas.

Os dados mostram (gráfico 9) que, com exceção da rádio, que apresenta um equilíbrio de audiência entre as regiões urbanas e rurais, a distribuição do acesso à informação dos *media* está concentrada nas zonas urbanas.¹²

Nas condições de acesso à informação apresentadas, pode-se imaginar que a informação sobre assuntos políticos seja relativamente fraca. Para além disso, ouvir rádio, ver televisão, ou ler jornais, não significa automaticamente que haja um acompanhamento da actualidade e do debate político. Considerando apenas o universo restrito dos que têm acesso aos *media*, constata-se que o nível de interesse (atenção) prestado em relação aos temas de campanha eleitoral nas emissões da rádio e da televisão e nos jornais é praticamente o mesmo, apresentando apenas pequenas variações conforme se trate da audiência rural ou urbana. No seio dos cidadãos que tiveram acesso aos diferentes *media*, existe uma franja de cerca de 20% (precisamente 19% para os jornais, 20% para a rádio e 21% para a televisão) que não prestou nenhuma, ou pouca, atenção às notícias sobre a campanha eleitoral.

¹² Por exemplo, embora apareça uma percentagem de leitores de jornais de 31% nas áreas rurais, esses são essencialmente leitores ocasionais. Na verdade, considerando apenas o grupo dos leitores frequentes, 71% são urbanos.

Gráfico 10 - Interesse pela política



A análise do interesse declarado pela política mostra que existem em termos provinciais alguns desvios significativos em relação à média nacional. Como se vê no gráfico 10, há quatro províncias (Manica, Niassa, e, sobretudo, Tete e Cabo Delgado) que se destacam por apresentarem valores de interesse superiores à média, enquanto inversamente as províncias de Sofala e Inhambane se evidenciam por valores superiores à média em termos de falta de interesse.

Se por um lado existe uma grande variação no interesse declarado pela política entre províncias, por outro lado, não aparecem neste capítulo diferenças significativas entre as áreas rurais e urbanas e apenas se regista uma pequena variação entre homens e mulheres. Enquanto a média nacional dos que disseram ter pouco ou nenhum interesse pela política é de 31%, o valor correspondente para as mulheres é de 36%, contra 26% para os homens.

Uma tendência preocupante do ponto de vista do exercício da cidadania e que pode suscitar uma série de interrogações é o facto dos jovens de 18 a 24 anos apresentarem um desinteresse pela política (33%) superior à população geral (31%), não obstante disporem de um nível educacional bastante superior à média.¹³

¹³ Quase metade deste grupo (47%) tem um nível de educação acima da escolaridade primária, o que só acontece com 27% da população geral.

Para dispor de indicadores mais precisos sobre o nível de informação política dos cidadãos, o inquérito incluiu uma série de questões sobre o conhecimento de alguns membros do governo e outras personalidades políticas. A tabela a seguir apresenta numa forma sintética o conhecimento das principais figuras políticas do país a nível nacional e provincial.¹⁴

Tabela 3 - Conhecimento de figuras políticas (%)

| | PR | PM | MED | PAR | GOV | ADM | AD | RD | YS |
|----------|-----|----|-----|-----|-----|-----|----|----|----|
| NIASSA | 90 | 55 | 57 | 83 | 56 | 56 | 98 | 47 | 36 |
| CD | 99 | 68 | 16 | 47 | 70 | 81 | 87 | 56 | 40 |
| NAMP. | 91 | 76 | 28 | 51 | 52 | 58 | 89 | 80 | 56 |
| ZAMB. | 94 | 79 | 34 | 69 | 54 | 36 | 94 | 64 | 36 |
| TETE | 88 | 57 | 12 | 29 | 25 | 33 | 73 | 49 | 20 |
| MAN. | 100 | 71 | 21 | 59 | 54 | 53 | 93 | 72 | 59 |
| SOFAL. | 94 | 83 | 46 | 77 | 56 | 59 | 95 | 85 | 79 |
| INH. | 94 | 86 | 85 | 80 | 52 | 49 | 90 | 79 | 68 |
| GAZA | 90 | 63 | 61 | 41 | 73 | 62 | 84 | 65 | 36 |
| M.A.P. P | 100 | 78 | 35 | 68 | 41 | 28 | 98 | 65 | 64 |
| M.A.P. C | 98 | 93 | 42 | 72 | 20 | 22 | 96 | 74 | 71 |
| PAÍS | 94 | 75 | 38 | 61 | 52 | 54 | 91 | 68 | 52 |

A leitura desta tabela permite uma série de conclusões sobre vários aspectos.

Em primeiro lugar, considerando as personalidades do governo central, é de salientar que apenas o Presidente da República beneficia de um conhecimento elevado. A Primeira Ministra embora receba um valor médio relativamente alto, apresenta valores inferiores à média em cinco províncias e o Ministro da Educação, apesar de ocupar uma pasta governamental que se presta ao reconhecimento público, tem um valor muito baixo, conside-

¹⁴ A pergunta pedia que os inquiridos indicassem o nome de alguns governantes e dirigentes de partidos. As siglas usadas na tabela são: PR = Presidente da República; PM = Primeira Ministra; MED = Ministro da Educação; PAR = Presidente da Assembleia da República; GOV = Governador da Província; ADM = Administrador do Distrito; AD = Presidente da Renamo; RD = Presidente do PDD; YS = Presidente do PIMO. Os valores apresentados correspondem à percentagem de respostas correctas, aparecendo destacados em *negrito* os que se situam quatro pontos ou mais acima da média nacional e destacados a vermelho os que se situam a quatro pontos ou mais abaixo da média nacional.

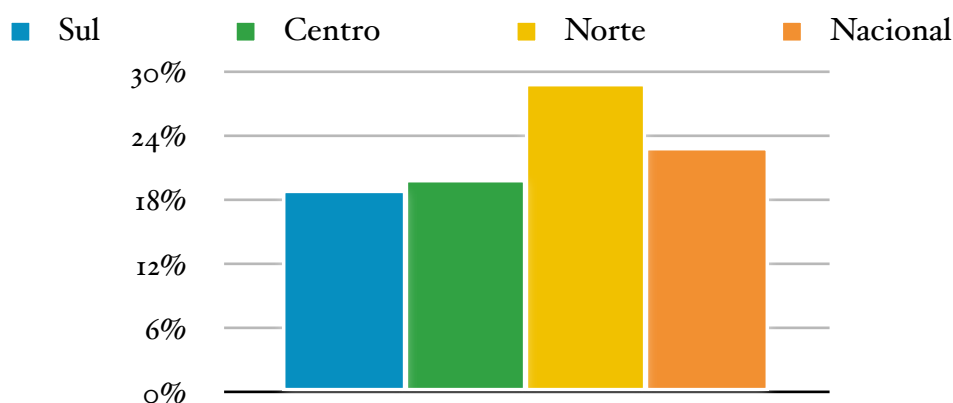
rando que terá beneficiado ainda do facto de ter sido governador provincial de Niassa e Inhambane, onde obteve valores acima da média. Com estas indicações pode-se concluir que os membros do governo são pouco conhecidos dos cidadãos. O caso do Presidente da Assembleia da República, menos conhecido que o dirigente de um partido que obteve apenas cerca de 3% dos votos nas últimas eleições, revela que a Assembleia da República não tem grande peso junto dos cidadãos.

Em segundo lugar, é de registar que apenas metade dos cidadãos conhece os dirigentes dos seus governos locais (provincial e distrital), o que é mais uma indicação do fraco grau de informação política no seio da população.

Em terceiro lugar, em relação ao grupo de personalidades dirigentes de partidos da oposição, pode-se notar que o Presidente da Renamo dispõe de uma popularidade próxima do Presidente da República. É também interessante que o Presidente do PDD, um partido formado escassos meses antes das eleições de 2004, registre uma popularidade relativamente alta quando comparado com o Presidente do PIMO, que dirige este partido desde o início dos anos '90, já foi candidato presidencial em duas eleições e tem beneficiado de uma presença mais importante nos meios de comunicação social.

Mas a tabela proporciona uma outra leitura interessante. É precisamente nas três províncias onde foi registado maior interesse pela política e pela campanha eleitoral (Cabo Delgado, Tete e Niassa)¹⁵ que se constata o maior nível de desconhecimento das principais figuras da vida política nacional. Ao mesmo tempo, é também na região Norte que aparece um nível mais elevado de pertença partidária, como se pode observar no gráfico a seguir.

Gráfico 11 - Pertença a partidos

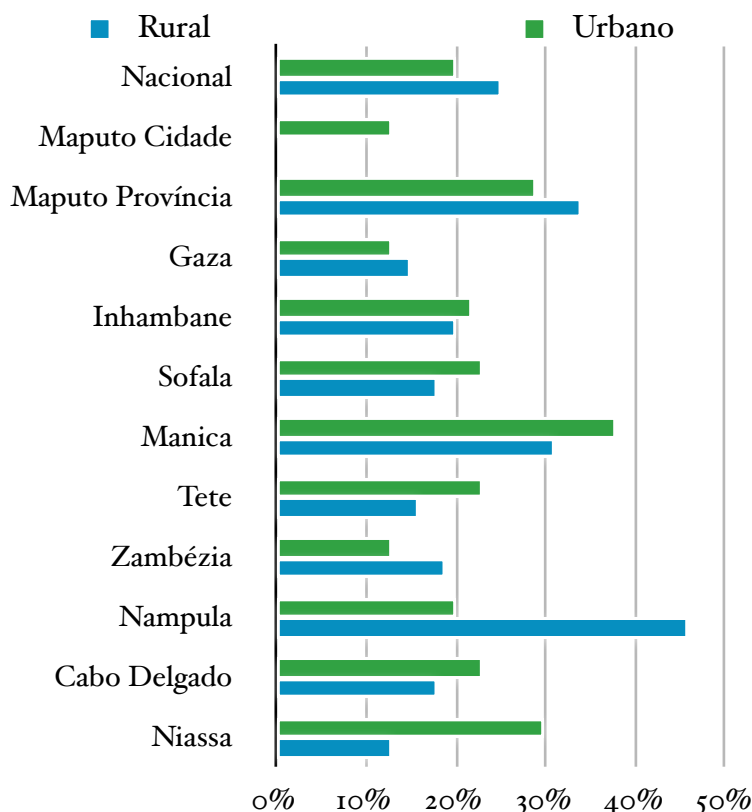


A desagregação dos dados por província, como se vê no gráfico 12, permite verificar que o resultado acima da média na região Norte é fundamentalmente devido à importância da

¹⁵ Ver gráfico 10.

pertença partidária registada em Nampula (36%), muito acima da média nacional (23%). As províncias de Cabo Delgado e Niassa registam valores de pertença partidária de 20% e 19%, respectivamente.

Gráfico 12 - Pertença a partidos



Se considerarmos os dados obtidos, podem-se identificar mais alguns aspectos que merecem atenção. Em primeiro lugar, é de sublinhar o alto nível de engajamento partidário não só em Nampula (36%), mas também em Manica (34%) e na província de Maputo (32%). Em segundo lugar, é interessante notar a predominância muito forte da adesão partidária nos meios urbanos de Niassa (30%). Finalmente, deve-se também de referir as províncias em que se observam os valores mais reduzidos de pertença a um partido, nomeadamente Gaza (14%), Zambézia (17%) e, muito particularmente, a cidade de Maputo (12%).

Uma conclusão parece impor-se: uma boa parte dos Moçambicanos que se dizem interessados pela política e afirmam pertencer a um partido não dispõem de conhecimentos políticos básicos,¹⁶ uma condição essencial para o exercício efectivo da cidadania.

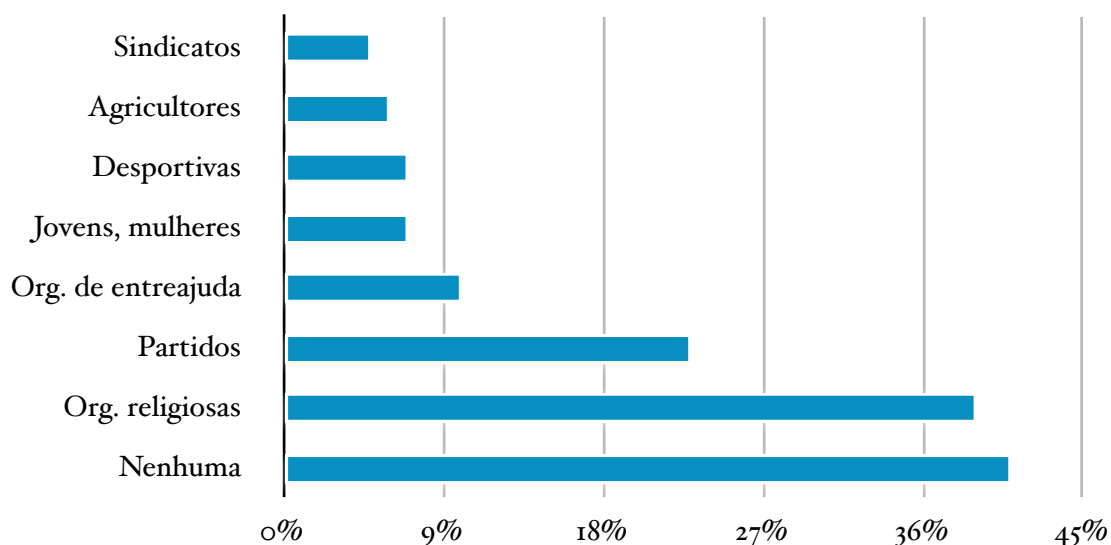
¹⁶ Em geral, o nível de conhecimento das personalidades políticas é superior na região Sul, nas áreas urbanas, no seio dos homens e dos mais jovens.

O papel das redes sociais na formação da opinião política

Como foi referido no capítulo anterior, apenas 23% dos Moçambicanos declararam pertencer a uma organização partidária. Embora logicamente a pertença a um partido possa ser considerada como um elemento central na formação da opinião sobre questões políticas e na decisão do voto, é evidente que outras dimensões da sociabilidade intervêm nesses processos complexos.

Em termos gerais, pode-se considerar que a integração dos cidadãos em organizações e associações de diferente natureza é muito baixa, pois 41% não pertencem a nenhum tipo de organização, apenas 5% pertencem a sindicatos e 1% a associações profissionais ou empresariais. Há no entanto 39% que dizem participar em organizações de índole religiosa e 10% em organizações locais de entreatajuda. O gráfico 13 mostra os resultados obtidos para a filiação nos principais tipos de organizações referidas durante o inquérito.

Gráfico 13 - Pertença a organizações

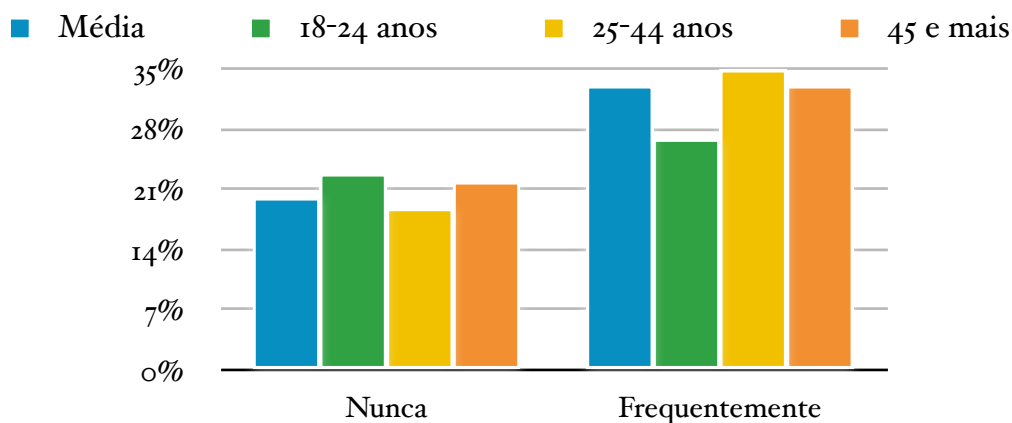


Excluindo os que pertencem a partidos e que pela natureza mesma dessa ligação recebem informação eleitoral, apenas cerca de metade dos participantes noutro tipo de organizações declararam terem recebido desta informação sobre a campanha eleitoral. Isto significa que, não contando os militantes partidários, apenas 15% dos cidadãos terá tido informação sobre as eleições através das organizações a que pertencem. Acrescentando a este grupo os militantes de partidos, pode-se concluir que 38% dos cidadãos receberam alguma informação eleitoral por via de organizações partidárias e outras, ficando os restantes 62% dependentes da informação veiculada em comícios e outras acções partidárias, pelos *media* (cujo alcance limitado já foi analisado), ou do contacto com os seus familiares, amigos, vizinhos ou colegas.

Apresenta-se a seguir uma avaliação do papel destes grupos no processo de formação da opinião política dos cidadãos.

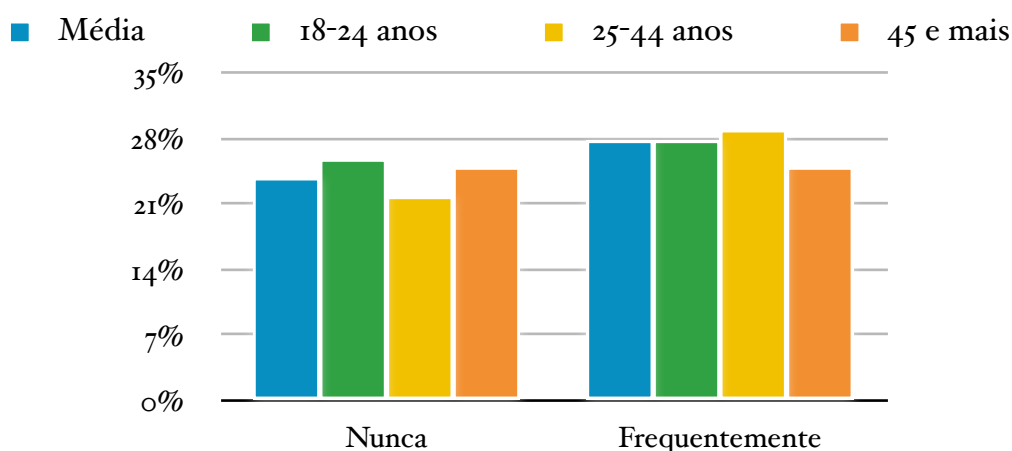
No que diz respeito aos familiares, como se pode ver no gráfico 14, há 20% que nunca conversam sobre assuntos políticos e 33% que o fazem com frequência.

Gráfico 14 - Conversa sobre assuntos políticos com familiares



Em termos de idade, são os mais jovens que menos discutem com os familiares sobre política, 23% nunca falam e só 27% falam frequentemente. No que diz respeito à área de residência, verifica-se que a percentagem dos que falam frequentemente é superior à média nas zonas urbanas (36%) e inferior nas zonas rurais (31%). Considerando o sexo, há também uma diferença ligeira entre homens e mulheres: 34% dos homens falam frequentemente sobre política com os familiares, contra apenas 31% para as mulheres.

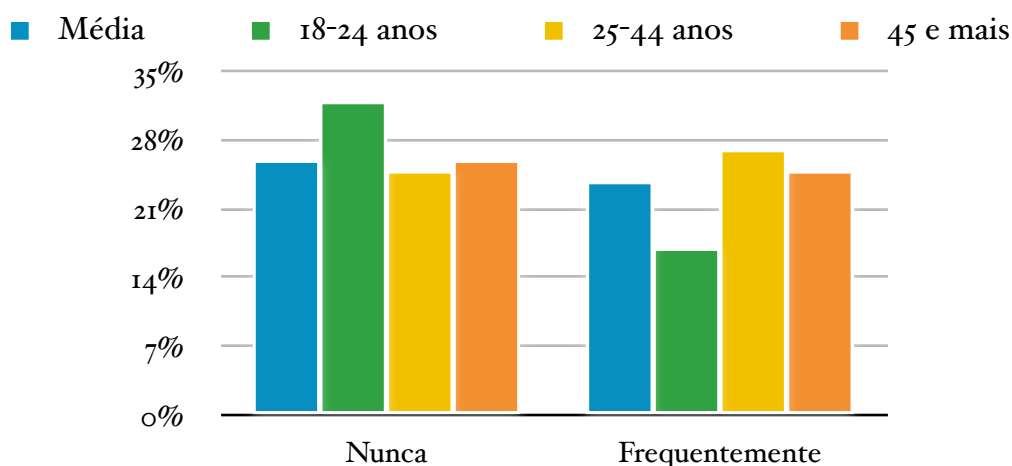
Gráfico 15 - Conversa sobre assuntos políticos com amigos



No que diz respeito aos amigos, como se pode ver no gráfico 14, a tendência geral não parece ser diferente, a não ser em relação aos jovens, para quem o contacto e discussão sobre política parece ser relativamente mais fácil com estes que com os familiares. Verifica-se também que falar com os amigos de política é mais comum nas áreas urbanas que nas rurais. Com efeito, nas zonas urbanas são apenas 19% que nunca falam, contra 24% nas zonas rurais. As mulheres são quem menos fala com frequência de política com os amigos: a percentagem de homens que declara falar frequentemente é de 32%, enquanto o valor correspondente para as mulheres é de apenas 23%.

Finalmente, em relação aos vizinhos, como pode-se ver no gráfico 16 que a tendência é para um menor grau de interacção no que se refere à conversa sobre assuntos políticos.

Gráfico 16 - Conversa sobre assuntos políticos com vizinhos

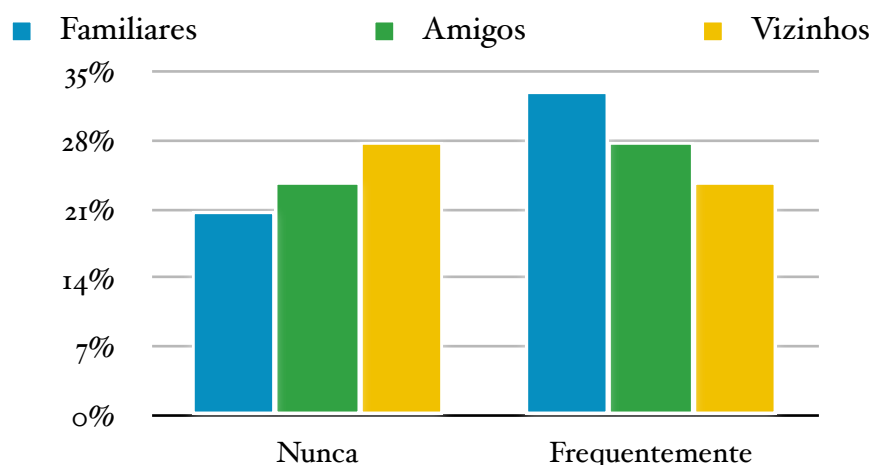


A percentagem dos que nunca falam sobre política com os vizinhos é maior que a percentagem correspondente observada no caso dos amigos e dos familiares e a do grupo dos que falam frequentemente é menor, com particular incidência para os mais jovens.

Também aqui se registam as mesmas tendências já assinaladas em termos de sexo e de área de residência. Os homens que declaram falar frequentemente são 28%, contra 21% das mulheres, e a percentagem dos rurais que nunca falam é de 29%, sendo esta no caso dos urbanos só 25%.

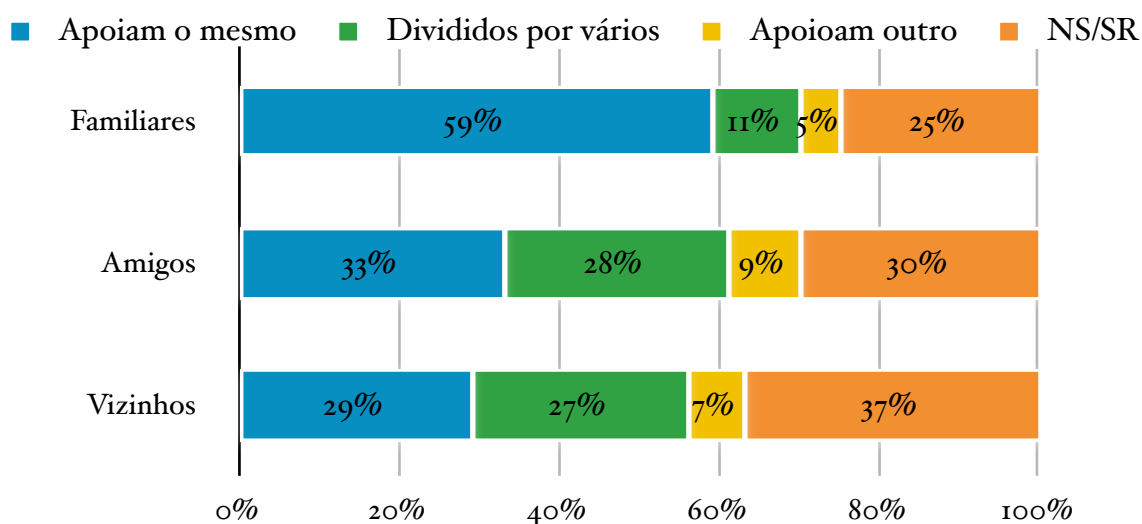
Em suma, para além das já clássicas diferenças entre homens e mulheres e urbanos e rurais que se confirmam, verifica-se que quanto menos próxima é a relação entre as outras pessoas, menor é o nível de partilha de ideias e opiniões políticas, como se vê de forma sintética no gráfico 17. Note-se que, no caso dos vizinhos, a percentagem correspondente à categoria “nunca” é superior à percentagem da categoria “frequentemente”.

Gráfico 17 - Conversa sobre assuntos políticos (geral)



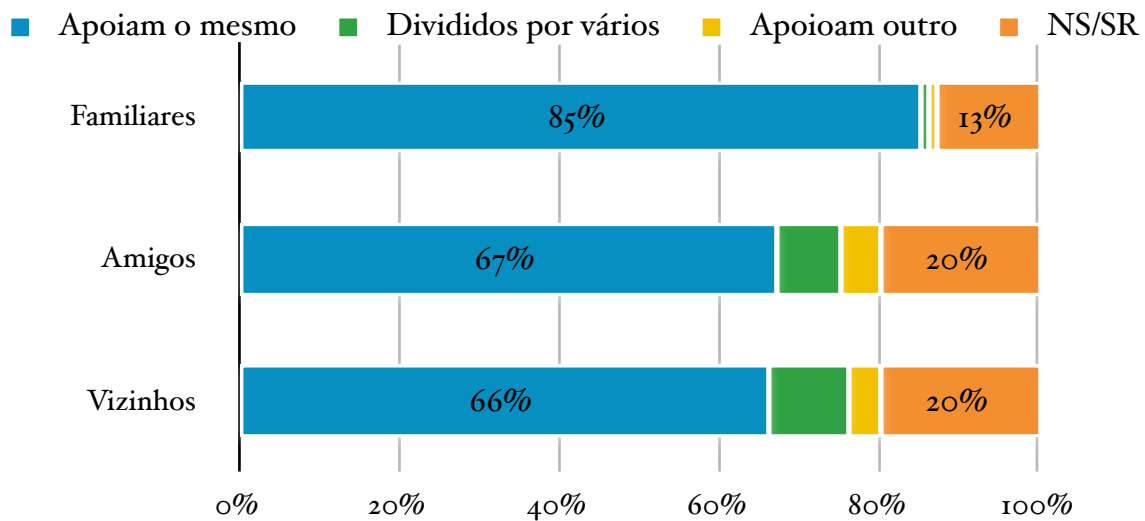
Em consonância com o processo acima observado sobre o ambiente de troca de opiniões políticas, a avaliação dos inquiridos sobre o apoio partidário no seio dos três grupos analisados mostra uma tendência semelhante, ou seja: à medida que a distância social aumenta, diminui a convicção que os outros apoiam a mesma força política. É nesse sentido que o gráfico 18 aponta.

Gráfico 18 - Opinião sobre o apoio partidário (Nacional)



A análise dos dados referentes à província de Gaza (gráfico 19) permite trazer mais alguns elementos para apoiar a interpretação deste tipo de dados. Os valores obtidos para Gaza distinguem-se bastante dos observados a nível nacional e deixam transparecer uma maior homogeneidade no apoio partidário, pois, de acordo com os entrevistados, dois terços dos seus amigos e vizinhos apoiariam o mesmo partido.

Gráfico 19 - Opinião sobre o apoio partidário (Gaza)



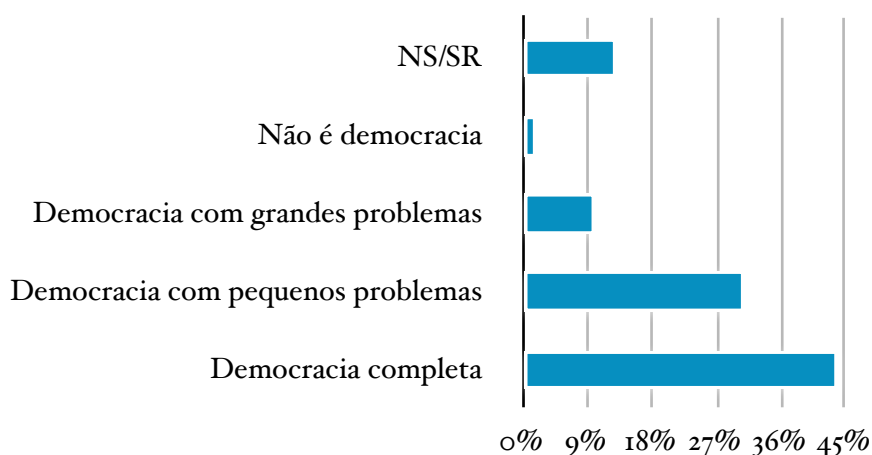
Na verdade, estes dados estão bastante aquém da realidade, pois é conhecido da história eleitoral do país que o índice de homogeneidade do voto em Gaza é elevadíssimo: Joaquim Chissano obteve 95% dos votos em 1994 e em 1999 e Armando Guebuza teve uma votação de 96% em 2004. Assim, pode-se questionar qual a razão porque apenas 66% dos cidadãos interrogados afirmaram que os seus amigos apoiavam o mesmo partido e o que terá levado 20% a responderem que “não sabem”.

Seria de esperar que, pelo menos em relação aos amigos, houvesse um maior nível de confiança do que o que transparece dos dados aqui analisados. A oposição que transparece entre o meio familiar, visto como bastante homogéneo em termos de simpatia partidária, e o meio extra-familiar (amigos e vizinhos, indistintamente), amplamente heterogéneo, está associada ao baixo nível de socialização e participação em associações de natureza diversa como foi visto anteriormente e indica que a formação das opiniões políticas e do voto tende a ser assumida como um processo que se desenvolve fundamentalmente na esfera privada (família) e não através da participação, dos contactos e do debate de ideias na esfera pública, como seria de esperar num sistema político aberto.

Avaliação e apoio ao sistema democrático

O inquérito pretendeu através de uma bateria de perguntas verificar qual seria a avaliação e o apoio dos cidadãos ao sistema democrático. A avaliação expressa em relação ao grau de democracia em Moçambique é a que se apresenta no gráfico a seguir.

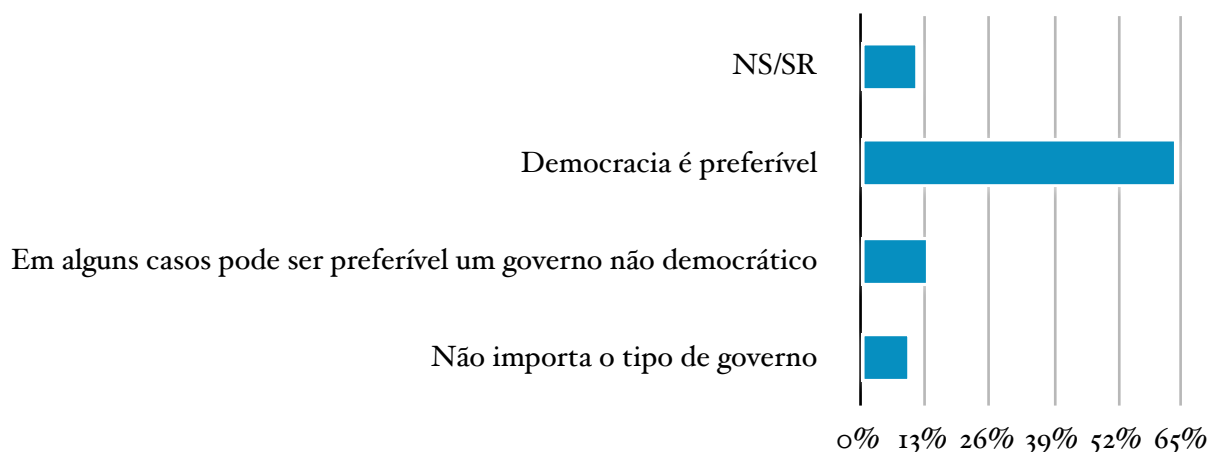
Gráfico 20 - Grau de democracia em Moçambique



Como se pode observar, há uma grande maioria de inquiridos (75%) que considera que Moçambique é uma democracia completa, ou apenas com pequenos problemas. Apenas um pequeno grupo de 12% põe sérias reservas quanto à natureza democrática do país e há outros 13% que não se pronunciaram.

Esta avaliação aparece acompanhada pela ideia expressa de que a democracia é preferível a qualquer outro tipo de governo (64%).

Gráfico 21 - Preferência de regime



No entanto, apesar desse apoio à democracia, parece esboçar-se aqui uma certa contradição em relação às respostas anteriormente analisadas relativas à qualidade da democracia em Moçambique, pois para um quarto dos inquiridos não importa o tipo de governo (14%) ou pode ser preferível nalguns casos um regime não democrático (10%).

Prosseguindo na mesma linha de análise, verifica-se por outro lado que 26% dos inquiridos concordaram com a afirmação segundo a qual “os partidos apenas servem para dividir as pessoas” (sem contar 12% que não se pronunciaram) e 21% discordaram com a afirmação de que “sem partidos não pode haver democracia” (mais 9% de não respostas). Acrescentando-se que a maioria (46%) dos cidadãos concordaram com a afirmação “os políticos não se importam muito com aquilo que outras pessoas como eu pensam” (13% de não respostas) e 48% com “geralmente, a política parece ser tão complicada que pessoas como eu não conseguem perceber o que se está a passar” (11% de não respostas), fica claro que a convicção democrática não é assim tão profunda como poderia parecer a partir das respostas inicialmente analisadas nesta secção.

Ao mesmo tempo, existe uma clara noção de que “eleições livres e justas” constituem um aspecto importante para se avaliar se uma sociedade é democrática, pois essa foi a opinião de 88% dos inquiridos (sendo “importante” para 55% e “muito importante” para 33%), bem como sobre a importância da “liberdade de criticar o governo” assinalada por 75% dos inquiridos (sendo “importante” para 52% e “muito importante” para 23%).

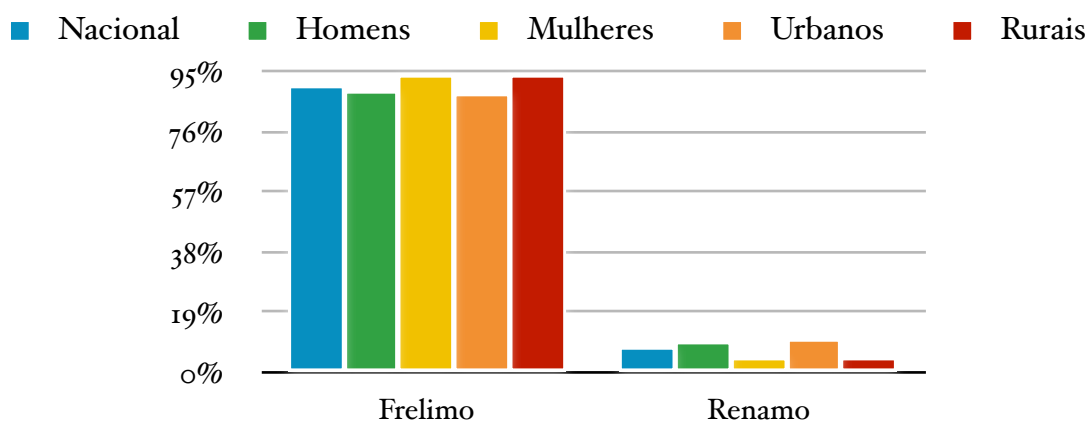
Apoio partidário, voto e avaliação das eleições

Como se viu anteriormente, a avaliação positiva e o apoio declarado ao sistema democrático em Moçambique deve ser encarado com algumas reservas quanto à convicção profunda dos cidadãos. A análise das respostas às perguntas do inquérito referentes ao apoio partidário, ao voto e às eleições confirma essa necessidade.

A primeira observação que se impõe é que, apesar de se ter constatado que a maioria dos cidadãos tem um fraco conhecimento do mundo político e um reduzido acesso aos meios de informação, uma maioria, 71%, declara apoiar um partido em particular, sendo este valor ligeiramente superior nas zonas urbanas (75%) e no seio dos homens (73%), não havendo diferença em termos das diferentes classes de idade.

De acordo com os dados obtidos e apresentados no gráfico 22, a esmagadora maioria dos inquiridos que declararam apoiar um partido seria apoiante da Frelimo (91,5%), só 7,6% se assumem como apoiantes da Renamo e menos de 1% de outros partidos.

Gráfico 22 - Apoio partidário declarado



Estes números suscitam dúvidas, pois, considerando os resultados eleitorais obtidos historicamente pelas duas forças políticas em questão, seria de esperar uma distribuição bastante diferente da apurada. Com efeito, mesmo tendo como referência as recentes eleições de 2004, em que a Renamo-União Eleitoral e o seu candidato presidencial obtiveram as votações mais baixas desde 1994 (respectivamente, 30% e 32%), seria de esperar um resultado em que o apoio à Renamo estivesse próximo dos 30%.¹⁷ Para além desse aspecto crucial, aparecem outras indicações que levam a colocar em questão a sinceridade

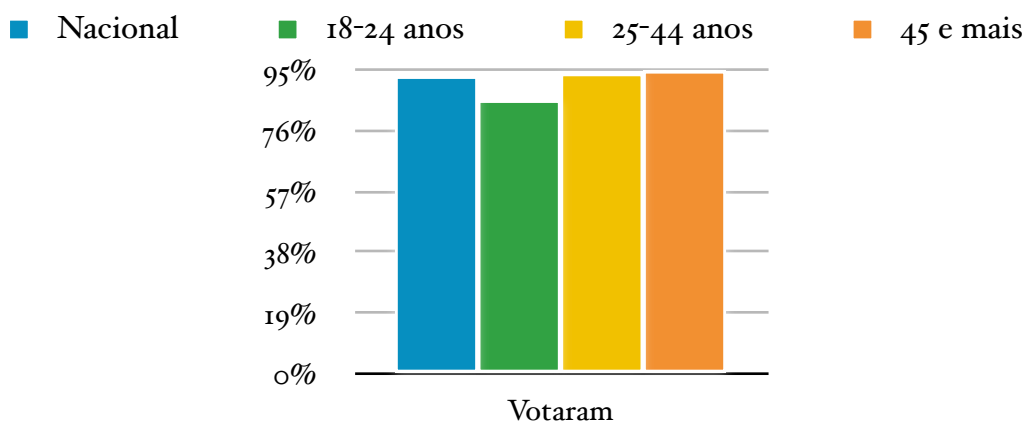
¹⁷ De forma geral, fazendo abstracção da intensidade do apoio que obviamente está subavaliado, os dados confirmam a geografia eleitoral do país, mostrando uma concentração do apoio à Renamo nas províncias de Sofala, Zambézia e Nampula. Estas três províncias registam 54% do apoio declarado à Renamo.

das respostas. Com efeito, não seria de esperar que a Frelimo apresentasse um valor acima da média em termos de apoio feminino e rural, da mesma maneira que surpreende que no caso da Renamo o apoio se concentre nos homens e nos urbanos.

A única explicação plausível para este tipo de resultados é que uma parte importante dos cidadãos simpatizantes da Renamo tiveram receio de assumir e expressar publicamente as suas preferências políticas.

A informação recolhida sobre o voto apresenta exactamente as mesmas características que as encontradas nas questões relativas ao apoio partidário. É assim que, como se vê no gráfico 23, 93% dos inquiridos estariam recenseados e, desses, 93% teriam votado...

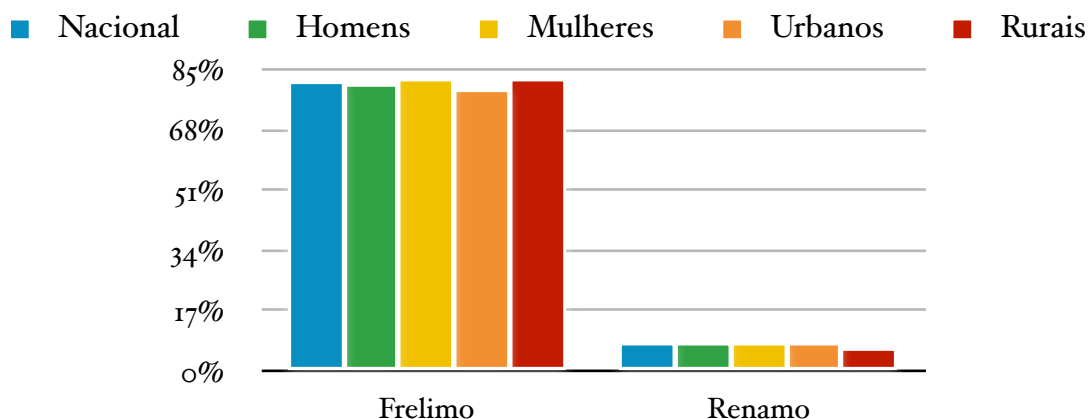
Gráfico 23 - Participação eleitoral declarada



Ora, a abstenção oficial registada nas eleições de 2004 foi na ordem dos 64%. Os dados oficiais estão inflacionados, nomeadamente porque existe um grande número de inscrições múltiplas nas listas eleitorais e também porque desde que o recenseamento de base foi feito, em 1999, não foram eliminados os nomes dos eleitores entretanto falecidos. Pode-se, portanto, admitir de forma grosseira que a participação eleitoral se terá situado à volta dos 50%. Assim, como explicar que a enorme (40%) diferença observada entre a realidade e os resultados do inquérito. Mais uma vez, a única explicação possível, parece ser que os inquiridos não se sentem suficientemente livres e à vontade para assumirem os seus actos políticos.

A análise das respostas sobre o partido em que teriam votado (gráfico 24) confirma que os cidadãos, não obstante saberem dizer que a liberdade de crítica ao governo é importante para a democracia, têm medo de manifestar qualquer forma de distância em relação ao partido no poder. O padrão de respostas observado reproduz quase fielmente o que já tinha aparecido em termos de apoio partidário.

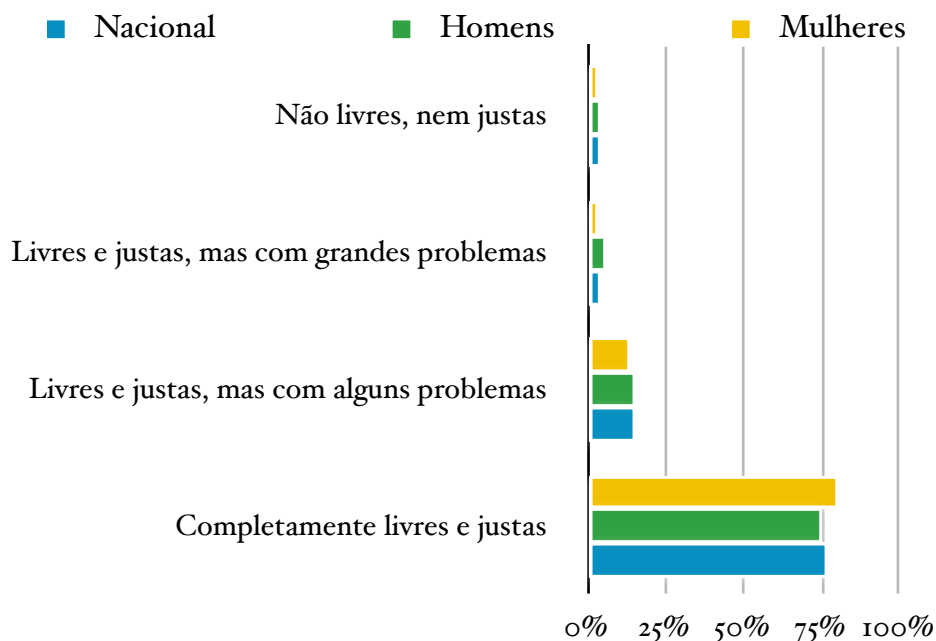
Gráfico 24 - Voto declarado



A Frelimo é creditada com 82% dos votos e a Renamo com 8%, havendo 10% de não respondidas. Estes resultados, tal como aconteceu com o nível de participação nas eleições, estão em flagrante contradição com a realidade dos resultados saídos das urnas, ou seja, 62% para a Frelimo e 30% para a Renamo.

Depois dos resultados observados no que diz respeito ao apoio partidário e ao voto, resta confirmar que a avaliação das eleições vai no mesmo sentido (gráfico 25).

Gráfico 25 - Avaliação do processo eleitoral (por sexo)



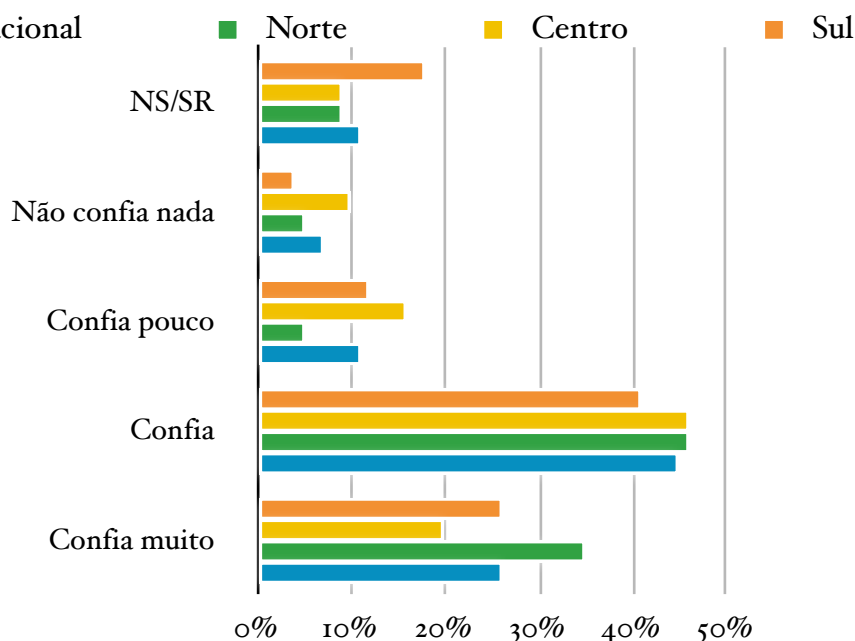
Efectivamente, a maioria classificou as eleições como tendo sido “completamente livres e justas” (77%, sendo 75% para os homens, e 80% para as mulheres), tendo havido apenas

4% que as julgaram “não livres, nem justas” e outros 4% que as consideraram “livres e justas, mas com grandes problemas”.

Olhando as respostas em termos de região, há simplesmente a assinalar que houve 5% dos inquiridos no Norte e no Centro que consideraram as eleições “não livres, nem justas”, contra menos de 1% no Sul. Este é um claro indicador da existência de uma apreciação contrastada entre o Norte e o Centro, por um lado, e a região Sul, por outro, sobre o valor das recentes eleições.

Essa mesma diferença de apreciação transparece em relação à avaliação que é feita ao trabalho da Comissão Nacional de Eleições. O grau de confiança expresso à CNE é o que se apresenta no gráfico 26.

Gráfico 26 - Avaliação da CNE



Apesar de globalmente positiva, esta avaliação contrasta com a apreciação muito mais positiva que foi registada sobre o valor das eleições. A opinião mais favorável vem da zona Norte, que se destaca com 35% em relação à opção “confia muito” e a mais negativa da região Centro, com um valor correspondente de apenas 20%. A região Sul destaca-se pela importância relativa dos valores registados na opção “confia pouco” (12%, mais próximo dos 16% equivalentes da região Centro que dos 5% do Norte) e nas não respostas, que registam um valor de 17% (9% para o Centro e o Norte). A região Centro pode ainda ser distinguida pelo maior nível de desconfiança em relação à CNE (16% para “confia pouco” e 10% para “confia nada”).

Em forma de nota final: “Onde estão os que votaram na Renamo?”

É com esta pergunta que um jornalista termina um artigo sobre os confrontos violentos que opuseram simpatizantes da Frelimo e da Renamo em Mocímboa da Praia na sequência do diferendo que os opôs a propósito dos resultados da última eleição municipal.¹⁸ O articulista coloca a questão depois de notar que dominava nos *media* uma cobertura tendenciosa sobre o assunto.

A mesma questão se pode colocar perante os resultados apresentados ao longo deste relatório, especialmente em relação à identificação partidária e ao voto, pois, tendo sido a amostra representativa da população eleitoral a nível nacional, deveriam ter aparecido resultados muito mais próximos da realidade da participação eleitoral e do voto. Admitindo que o erro não está no lado dos eleitores que se manifestaram através do voto em três processos de eleições presidenciais e legislativas e outros dois de eleições municipais, a imagem que é dada pelo inquérito é falsa.¹⁹

Por que razão os que apoiam e votaram na Renamo não se sentem suficientemente livres para o dizer? A hipótese de explicação proposta é que esta situação seria fruto de um défice democrático no país.

Muito embora tenha havido um processo negocial entre o governo da Frelimo e a Renamo, que permitiu a realização de eleições multipartidárias a partir de 1994, o facto é que, depois da obtenção da vitória presidencial e de uma maioria absoluta no parlamento pela Frelimo nessas eleições, o processo de transição política que tinha até então sido marcado por uma lógica de inclusão (simbolizada na formação do novo exército nacional) foi praticamente interrompido: os discursos da reconciliação e da paz cederam gradualmente o lugar às acusações mútuas e ao lembrar do passado, o que impediu a construção de uma base sólida de convivência democrática entre a Frelimo e a Renamo.

No contexto de uma confrontação política (que esporadicamente degenera em episódios de violência sangrenta, como aconteceu em Montepuez em 2000 e em Mocímboa da Praia em 2005) em que a oposição é sistematicamente demonizada e apontada como ilegítima, e, por outro lado, de um Estado que por razões históricas está ainda profunda-

¹⁸ Trata-se de Rafael Bié, no seu artigo “Alguém acredita nos órgãos eleitorais?”, publicado no jornal *Savana* de 16/9/2005, pág. 9.

¹⁹ Obviamente existe uma tendência “universal” para se observar uma discrepância entre os resultados reais das eleições e os obtidos através dos inquéritos pós-eleitorais (incluindo, portanto, em países com democracias consolidadas), especialmente no que diz respeito à taxa de participação, que aparece frequentemente sobreavaliada em alguns pontos percentuais. Porém, uma diferença de mais de 40% exige logicamente, para além das razões universais, uma explicação contextual.

mente partidarizado, pode-se finalmente compreender que os simpatizantes da Renamo, remetidos a uma forma de “ilegitimidade original” pelo poder político e a uma espécie de “não-existência” pelos grandes *media* nacionais, se manifestem tão discretos.